Para: José Manuel Barroso
Presidente da Comissão Europeia
1049 Bruxelas
Bélgica

21 de Fevereiro 2012

Assunto: Todos os países devem contribuir igualmente para a meta de redução da pobreza da Estratégia Europa 2020. Garanta que os países que estão a receber ajuda económica não sejam forçados a gerar mais pobreza.

Exmo. Senhor Presidente
José Manuel Barroso,

A 19 de Julho de 2011, 5 redes nacionais da EAPN dos Estados Membros que se encontram a receber ajuda económica e monitorização[1] por parte do FMI, do BCE e da UE escreveram uma carta que lhe foi endereçada, pedindo a publicação de recomendações mais detalhadas sobre os Programas Nacionais de Reforma, especialmente no que diz respeito ao objetivo de redução de pobreza, salientando a "situação atual de estrangulamento económico…e que as medidas definidas nos programas de assistência financeira levaram diretamente ao aumento da pobreza e da exclusão social". A iniciativa destes Estados Membros teve o apoio unânime da EAPN (30 redes anti-pobreza e 22 organizações europeias).

Na sua resposta (2011), salientou que não houve quaisquer Recomendações Específicas direcionadas aos cinco Estados Membros porque a ajuda financeira se encontrava "ligada à execução dos ambiciosos programas políticos adaptados a cada país e centrada na consolidação fiscal e reformas económicas estruturais". Salientou ainda, que as Recomendações Específicas direcionadas a certos países, no ano passado, não implicam que as prioridades e os objetivos gerais da Estratégia Europa 2020 estejam a ser ignorados: *"Existe uma sinergia natural porque a solidez das finanças públicas são um pré-requisito para o crescimento sustentável e a criação de*

[1] Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF).

emprego, e um maior crescimento e menos desemprego torna mais fácil controlar o défice e a divida".

Para a EAPN, é evidente que esta posição tem vindo a ser modificada na nova Análise Anual do Crescimento[2]. Esta confirma os riscos crescentes do aumento da pobreza e da exclusão, resultante do impacto social negativo da crise e das medidas de austeridade que afetam de forma negativa o crescimento, o emprego e a inclusão social. Apela ainda aos Estados Membros para que estes sigam uma nova prioridade social: combater o desemprego e as consequências sociais da crise. Destaca também que o "tecido social da UE está a ser posto à prova", reconhecendo que "a crise tem atingido, desproporcionalmente, aqueles que já se encontram numa situação de vulnerabilidade, criando também novas categorias de pessoas em risco de pobreza".
O documento fornece os seguintes conselhos para os Estados Membros:

-Melhorar a eficácia dos sistemas de proteção social, devendo ser garantido o papel dos estabilizadores automáticos.

-Devem ser implementadas estratégias de inclusão ativa, incluindo apoios direcionados para a criação de mercados de trabalho inclusivos, bem como serviços sociais adequados e acessíveis, de forma a prevenir a marginalização dos grupos mais vulneráveis. O terceiro pilar consiste no apoio a um rendimento adequado.

-Deve ser garantido o acesso a serviços de apoio à integração no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

No entanto, a EAPN notou com preocupação que, nas Diretrizes de 2012[3] para a preparação de novos Programas Nacionais de Reforma, não está previsto que estas novas e importantes prioridades sejam aplicadas nos países que recebem ajuda e monitorização por parte UE/FMI/BCE. As Diretrizes de 2012 referem que, embora todos os outros Estados Membros sejam aconselhados a elaborar relatórios sobre as medidas utilizadas para atingir a nova prioridade, bem como sobre o progresso no que ser refere ao objetivo de redução da pobreza e exclusão social, os países que se encontram a receber ajuda económica e monitorização foram informados que não têm que desenvolver Programas Nacionais de Reforma, sendo considerado que o fornecimento de relatórios regulares para o programa de empréstimos UE/FMI/BCE é visto como "satisfazendo amplamente os requisitos de prestar informação", e tendo estes somente a responsabilidade de elaborar uma carta a definir os seus objetivos nacionais, a situação e atualizações no que diz respeito à Estratégia Europa 2020, entre outros requisitos.

[2] CE: Análise Anual de Crescimento 2012 (23/11/2011), Comissão Europeia (Bruxelas).
[3] CE: Orientações para os processos PNR, 2012

Isto parece excluir imediatamente estes países da Estratégia global Europa 2020, dos seus compromissos para com um crescimento inclusivo, da redução de pobreza e do cumprimento dos seus objetivos. Trata-se de uma situação particularmente inaceitável se tivermos em conta que a pobreza parece estar a aumentar mais rapidamente nestes países do que em outros. Assim, isto só poderá contribuir para uma Europa dividida, a duas ou três velocidades, punindo duplamente as pessoas desses países com baixos rendimentos, uma vez que estas já se encontram a sofrer as repercussões da crise e das medidas de austeridade. A mensagem enviada por estas Orientações é deveras preocupante: a União Europeia só se preocupa com a austeridade fiscal e os objetivos macroeconómicos, e não com o impacto social das medidas propostas nas vidas da população em geral.

Durante a semana passada em Bruxelas, os membros[4] da EAPN lançaram um apelo unânime para que a União Europeia apoiasse os países em situação de resgate financeiro e que tomasse uma posição forte no apoio ativo aos direitos daqueles que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade, na promoção da justiça social e na concretização destas importantes novas prioridades. Para que isto aconteça, a UE tem de mostrar coerência política no seu suposto apoio ao crescimento inclusivo e à justiça social em todos os países da União Europeia, incluindo aqueles que estão a receber ajuda financeira e monitorização económica, e mesmo num contexto de redução de dívida e/ou défice.

A EAPN apela a que:

1) Os países que estão a receber apoio económico devem ter um tratamento igual na Estratégia Europa 2020; todos os países devem elaborar PNR's sob as mesmas orientações e os mesmos requisitos de informação, monitorizados pelos mesmos critérios e indicadores e cumprindo todas as metas acordadas, incluindo a redução da pobreza.

2) Todos os Programas Nacionais de Reforma devem garantir que as medidas fiscais de austeridade propostas não atinjam desproporcionalmente as pessoas que já se encontram em situação de pobreza. Devem também defender a proteção social, os esquemas de rendimento mínimo adequado e o acesso a serviços, indo assim de encontro às propostas da nova prioridade 4 (Análise Anual do Crescimento).

[4] Representantes de 30 Redes Nacionais EAPN e 22 organizações europeias na Task Force da EAPN sobre Estratégias de Inclusão da União Europeia.

3) Todos os Programas Nacionais de Reforma devem ter em conta a sociedade civil e outros *stakeholders* a nível nacional, tal como é requerido pelo Considerando 16 das Orientações para o Emprego e pelas novas Diretrizes de 2012; esta regra deve abranger os países que estão a ser alvo de resgate financeiro. A Comissão deve monitorizar a eficácia deste compromisso e deve elaborar Recomendações Específicas por país.

4) Deve ser estabelecida uma delegação específica da Comissão Europeia/Comité de Protecção Social para trabalhar com os países que estão a receber apoio e monitorização económica da UE, FMI e BCE, de forma a garantir que as condições impostas de ajuda não resultem num aumento da pobreza e que as mesmas contribuam para a redução da desigualdade, continuando a abordagem proposta para implementar a Iniciativa "Novas Oportunidades para a Juventude".

5) Todos os Estados Membros, incluindo os países que estão a receber ajuda financeira, devem receber pelo menos uma Recomendação Específica sobre o progresso relativamente ao objetivo de redução da pobreza e apoio à nova prioridade 4.

Só desta forma ficará claro que, mesmo num contexto de exigência de redução da dívida, a União Europeia compromete-se a impedir que as estratégias de austeridade fiscal ataquem o estado providência, garantindo um quadro político consistente e coerente para todos os países e cumprindo a promessa de reduzir, e não criar, pobreza. Apelamos também à União Europeia para que emita uma forte mensagem de solidariedade para com as populações destes países, que precisam desesperadamente de apoios e financiamentos da UE, e não de abandono nem de "uma arma apontada à cabeça" para que haja cortes no rendimento, nos empregos, nos serviços e nos direitos fundamentais.

Atenciosamente,

Ludo Horemans	Fintan Farrell
Presidente	Director

Cc:
Presidente Van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu
President Schulz, Presidente do Parlamento Europeu
Christine Lagarde, Directora-Gerente do Fundo Monetário Internacional
Mario Draghi, Presidente do Banco Central Europeu

EUROPEAN ANTI-POVERTY NETWORK
RESEAU EUROPEEN DES ASSOCIATIONS DE LUTTE CONTRE LA PAUVRETE ET L'EXCLUSION SOCIALE
SQUARE DE MEEUS, 18 – 1050 BRUXELLES
TEL : 0032 2 226 58 50 – FAX : 0032 2 226 58 69

Ver também:

• EAPN Position Paper on the Annual Growth Survey

• EAPN Position Paper on the Joint Employment Report

http://www.eapn.eu/en/news-a-events/news/eapn-news/3057-new-eapn-response-to-theags-and-the-draft-employment-report

• EAPN NRP report: Deliver Inclusive Growth- put the heart back into Europe: EAPN analysis of the 2011 NRPs in Europe 2020 (November 2011): http://www.eapn.eu/en/news-aevents/publications/eapn-position-papers-and-reports/2880-eapn-report-deliver-inclusivegrowth-put-the-heart-back-in-europe

• EAPN's report: Is the European Project moving backwards: the social impact of the crisis and of the recovery policies in 2010 here: http://www.eapn.eu/images/stories/docs/EAPNposition-papers-and-reports/crisis-report-2011-en.pdf